



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 204ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

1 Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, às quinze horas e dez minutos, na
2 Sala de Reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, teve
3 início a Sessão Ordinária do Conselho Superior, sob a condução do Presidente do CSMPDFT,
4 Leonardo Roscoe Bessa. Estiveram presentes os Conselheiros, Procuradores de Justiça, Ruth Kicis
5 Torrents Pereira, Arinda Fernandes, José Firmo Reis Soub, Tânia Maria Nava Marchewka e Antonio
6 Ezequiel de Araújo Neto e o Corregedor-Geral do MPDFT, Procurador de Justiça Gladaniel Palmeira
7 de Carvalho. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros, Procuradores de Justiça, Benis Silva
8 Queiroz Bastos, Petrônio Calmon Alves Cardoso Filho, Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de
9 Souza e Katie de Sousa Lima Coelho. **I – EXPEDIENTE. 1. COMUNICAÇÕES DA**
10 **PRESIDÊNCIA.** Não houve comunicações. **2. COMUNICAÇÕES DA CORREGEDORIA-**
11 **GERAL.** Não houve comunicações. **II – ORDEM DO DIA. 1. Processo nº 08191.065750/2017-95.**
12 Interessados: Promotores de Justiça Dênio Augusto de Oliveira Moura, Mariana Fernandes Távora,
13 Alessandra Gabriella Borges Pereira Lorenzo e Ali Taleb Fares. Assunto: *Aviso nº1/2017 –*
14 *Afastamento de Longa e Curta duração e ESMPU.* Relatora: Conselheira RUTH KICIS TORRENTS
15 PEREIRA. **Decisão:** O eg. Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou a em. Conselheira-
16 Relatora pela autorização do afastamento dos Promotores de Justiça interessados, da seguinte forma:
17 Dênio Augusto de Oliveira Moura (pelo período de 30 de agosto de 2017 a 20 de julho de 2018),
18 Mariana Fernandes Távora (pelo período de 1º de outubro de 2017 a 31 de julho de 2018), Alessandra
19 Gabriella Borges Pereira Lorenzo (pelo período de 15 de janeiro de 2018 a 11 de maio de 2018, e
20 pelo período de 14 de maio de 2018 a 14 de agosto de 2018) e Ali Taleb Fares (pelo período de 1º de
21 fevereiro de 2018 a 30 de abril de 2018), com acréscimo de até dez dias úteis para os deslocamentos,
22 nos termos do voto, antes ou depois do afastamento, a critério do Membro. **III – MANIFESTAÇÃO**
23 **DOS CONSELHEIROS.** O Conselheiro Antonio Ezequiel de Araújo Neto apresentou um pleito à
24 Conselheira-Relatora Tânia Maria Nava Marchewka quanto à alteração do Regimento Interno das
25 Câmaras de Coordenação e Revisão do MPDFT. Ressaltou aspectos importantes, dentre eles a
26 participação de Promotores de Justiça nas Câmaras de Coordenação e Revisão, uma vez que o
27 Estatuto Orgânico não impede referida participação. Solicitou uma reunião para redigirem uma
28 cláusula que normatize referida participação. A Relatora do Procedimento nº 08191.036005/2017-39,
29 Conselheira Tânia Maria Nava Marchewka, prestou esclarecimentos no que tange à tramitação do
30 referido processo. Discorreu sobre os trabalhos que está realizando no referido processo. Ressaltou
31 que o maior interesse é que as Câmaras de Coordenação e Revisão dêem um salto. Dando
32 continuidade, o Conselheiro Antonio Ezequiel de Araújo Neto apresentou uma preocupação quanto
33 ao envio de uma promoção de arquivamento homologada pela 1ª Câmaras Criminal ao CNMP. A
34 Chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral, Promotora de Justiça Alessandra Campos Morato, fez uso
35 da palavra para prestar esclarecimentos. A Conselheira Arinda Fernandes sugeriu a suspensão do
36 assunto e que fosse marcada uma Sessão sob sigilo para que a situação fosse esclarecida aos
37 Conselheiros. O Conselheiro José Firmo Reis Soub questionou o tipo de ato para a deliberação
38 realizada na 255ª Sessão Ordinária a respeito da suspensão de execução da Carta de Brasília, por
39 entender que uma Decisão do Conselho Superior que é um ato obrigatório tenha a forma de
40 recomendação. O Conselheiro Antonio Ezequiel de Araújo Neto apresentou decisão do Tribunal de
41 Justiça com relação às Exceções de Impedimento contra o Juiz da Vara da Infância e Juventude. O
42 Presidente do Conselho Superior ponderou sobre a apreciação da ata da Sessão anterior e transferiu a
43 aprovação para a próxima Sessão Ordinária. Para constar, eu, Arinda Fernandes, Secretária do



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR**

44 Conselho Superior, lavrei a presente ata, a qual vai assinada por mim e pelo Presidente do Conselho
45 Superior.

LEONARDO ROSCOE BESSA
Presidente do Conselho Superior
Procurador-Geral de Justiça

ARINDA FERNANDES
Secretária do CSMPDFT
Procuradora de Justiça

Assinado por:

ARINDA FERNANDES - SCS em 18/09/2017.

LEONARDO ROSCOE BESSA - PGJ em 19/09/2017.

.